

Economia - Brasil

O problema é o mesmo de sempre

Dados que ainda estão sendo trabalhados pela Consultoria Tendências mostram que, no ano passado, os gastos do setor público (federal, estadual e municipal) com pessoal e Previdência chegaram a 22% do Produto Interno Bruto. Outros estudos indicam que esse número pode ser ainda maior, alcançando quase 25%.

É preciso enfatizar o significado dessa conta, pois o que se tem aí é a prova cabal de que o peso do setor público impede o País de decolar para um ritmo de crescimento sustentado.

O número mostra que, de cada R\$ 100 produzidos no País, o setor público precisa tomar algo entre R\$ 22 e R\$ 25 só para pagar salário do funcionalismo e aposentadorias, aqui incluindo INSS e previdência pública. Isso pago, convém insistir, o governo ainda não funcionou: ainda não distribuiu a renda escolar e a cesta básica, ainda não comprou munição para a polícia ou remédios para os hospitais, ainda não investiu em estradas ou prédios dos tribunais.

Eis uma comparação interessante: na Argentina, México e Chile, o governo gasta, no total, algo entre 17% e 20% do PIB. Gasto total, repetimos, incluindo pessoal, previdência, custeio e investimentos. Digamos que, no Brasil, o setor público tenha que ser maior. Ainda assim, a diferença é enorme; só para pagar salários e aposentadorias, o governo brasileiro já começa gastando mais.

No acordo com o Fundo Monetário Internacional, o Brasil se compromete a ter um superávit primário de 3,1% do PIB neste ano. Superávit primário é a diferença entre receitas e despesas, excluídos pagamentos de juros. O conceito é o mesmo que vale para uma empresa: se está endividada, mas em sua operação gera superávit suficiente para pagar os juros, ela está equilibrada. A dívida, ao menos, permanece estável.

Por isso, o superávit primário é metade essencial no acordo com o FMI. Até fevereiro, últimos dados fechados, o governo federal estava cumprindo a meta pela qual é quase inteiramente responsável. Dos 3,1% de saldo total do setor público, o governo federal deve entrar com 2,5%, cabendo o restante aos Estados e municípios e estatais.

Mas os mesmos números de fevereiro último mostram a precariedade desse ajuste. O governo federal obteve naquele mês uma arrecadação excepcional, graças a uma manobra da Receita Federal. Contribuintes que estavam discutindo na Justiça tiveram a opção de desistir das demandas e liquidar suas obrigações sem multas e outras penalidades. Isso colocou no caixa um extra de R\$ 2 bilhões, o que não se repete mais.

Além disso, conforme explicou o secretário do Te-



O ESTADO DE S. PAULO

souro, Eduardo Guimarães, o setor público foi tratado a pão e água nesses primeiros dois meses. O aperto atingiu todo o governo, incluindo os programas sociais. E por quê? Para contrabalançar as despesas de pessoal e Previdência, que continuaram aumentando.

Eis o quadro: o setor público está fazendo economia em tudo, inclusive na prestação de serviços essenciais, para pagar pessoal e Previdência, gastos inadiáveis e incomprimíveis. E depois disso ainda é preciso fazer um superávit para pagar juros. Eis por que é falso o argumento segundo o qual o déficit público é exclusivamente financeiro.

É verdade que, se não houvesse conta de juros, o governo estaria no azul. Mas seria um equilíbrio enganoso. Já em março, advertiu o secretário do Tesouro, os gastos com custeio estão subindo porque "se não o governo pára". E as despesas com pessoal e Previdência continuam subindo, apesar das já aprovadas reformas administrativa e previdenciária.

Para cobrir essa situação fiscal precária, o governo tem sido obrigado a elevar constantemente os impostos, taxas e contribuições. A carga tributária já deve ter ultrapassado os 30% do PIB. Ainda assim é insuficiente e continuaria insuficiente mesmo que não houvesse juros a pagar. De cada R\$ 100 ar-

recaudos, na melhor hipótese, depois de pagos salários e aposentadorias, sobrariam apenas R\$ 25 para todo o custeio e todo o investimento, nos três níveis de governo.

Portanto, claramente não é verdade que o problema seja apenas reduzir os juros, como o presidente Fernando Henrique disse em entrevista ao Estado. Os juros precisam cair, para aliviar as despesas do governo e para tirar o peso sobre o setor privado.

Mas também é preciso avançar nas reformas administrativa e previdenciária, para cortar os custos principais, e na reforma tributária, como aliás o presidente passou a dizer mais recentemente.

E nesse quadro também que se coloca a Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo objetivo é estabelecer normas que garantam a boa gestão dos recursos públicos e punam os administradores irresponsáveis nas três esferas do Estado nacional.

Os números aqui apontados indicam, com toda a clareza, que o problema central da economia brasileira continua sendo o setor público, o que exige uma reforma fiscal de profundidade, muito além do ajuste previsto no acordo com o FMI.